

ATA DA 007ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
CONVOCAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SC
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - A presente sessão especial foi convocada por solicitação desta Deputada, e aprovada por unanimidade pelos demais Parlamentares, para ouvir a senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, que prestará esclarecimentos acerca dos dados do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em Santa Catarina, bem como do Plano de Contingência Estadual, Co-financiamento da Assistência Social e dos Recursos Estaduais Extraordinários recebidos em 2020.

Quero fazer um esclarecimento a todos e todas, a quem está nos acompanhando pelas redes sociais e à Secretária, de como se dará a metodologia dos trabalhos.

A presente sessão seguirá a seguinte metodologia: a senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Social fará inicialmente uma exposição do objeto da sua convocação, que já foi anteriormente mencionada, pelo prazo de até 10 minutos, respondendo em seguida as interpelações dos senhores Líderes e senhoras Líderes de bancadas e/ou Deputados e Deputadas por eles indicados. Encerrada a exposição da Secretária, os senhores Líderes e senhoras Líderes formularão perguntas, não podendo cada um exceder o tempo de três minutos. A cada três perguntas formuladas, a Secretária terá o prazo de até cinco minutos para respondê-las.

Neste momento, agradeço a presença e o aceite da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, Maria Elisa da Silveira De Caro, a quem passo a palavra pelo tempo de até 10 minutos para a sua manifestação.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Boa

tarde a todos! É uma grande satisfação estar aqui hoje, porque toda a nossa equipe tem trabalhado bastante, e é uma oportunidade, sem dúvida, de mostrarmos todo o nosso trabalho.

Então, vamos começar pela apresentação, naquela ordem que nos foi pedido, dados do SUAS, Plano de Contingência, Cofinanciamento, os recursos estaduais extra.

Solicita que sejam projetados os dados para que possam acompanhar.

(A sra. Presidente, Deputada Luciane Carminatti, solicita que a assessoria faça a devida adequação para projeção dos dados.)

Enquanto a assessoria providencia as adequações, eu só queria lembrar, porque que as pessoas que estão aqui hoje, conversando conosco, entendem sobre a política de assistência social, mas nem todos que estão nos ouvindo sabem como ela funciona.

Então, bem rapidamente, a atribuição desta Secretaria de Estado é orientar os municípios, capacitar os municípios, dar apoio técnico aos municípios e repassar recursos, o que significa que é uma Secretaria que não executa o serviço, quem executa o serviço são os municípios lá na ponta. Então, não temos uma execução direta, a nossa participação é como gestores mesmo da política pública.

Falo para quem nos assiste e que, talvez, não tenha a noção de como funciona essa Secretaria. Então, agora vamos para os dados. Todos confirmam que estão vendo a apresentação? Certo, então vamos começar.

(Procede-se à apresentação de dados no telão.)

Bem, nos foi pedido dados sobre o SUAS, temos inúmeros dados sobre o SUAS, ninguém chegou a especificar exatamente o que queriam ver. Então, nós apanhamos alguns dados que consideramos bastante relevantes. Temos muitos diagnósticos sendo trabalhados nesta Secretaria, porque conseguimos, nesta gestão, construir um BI.

O BI, todos sabem, é uma forma de compilar dados de várias secretarias de estado e mais outras instituições que você tem acesso aos dados.

Quem nos ajudou sempre foi o Ciasc - BoaVista, e nós, então, temos hoje como checar os dados, inclusive os dados do CAD Único, temos como fazer um comparativo.

Nós temos diagnósticos, tanto em Direitos Humanos e Assistência Social, quilombolas, indígenas e habitação e imigrantes. Lembrando que os dados da Habitação são inéditos no estado, nunca foi feito um diagnóstico.

No Cadastro Único que destacamos, que seria interessante conhecerem, é como estão distribuídos nos recursos do ..., a renda *per capita* e recebimento de benefícios. Então, na renda *per capita* mensal de zero a R\$ 89,00, temos famílias cadastradas 105 mil, e 301 mil pessoas.

Todo este material vamos mandar para a Alesc, como eu não tenho muito tempo, é só para entenderem que nos temos cadastradas, no Cadastro Único, 404 mil famílias, e pessoas cadastradas, mais de um milhão, quase 1.1 milhão de pessoas cadastradas.

O número de equipamentos que temos no Estado, que são dos municípios, mas estão também na nossa gestão - 388 CRAS, 108 CREAS, 9 Centros POP, 304 unidades de acolhimento, 441 Centros de Convivência, 24 Centros Dia ou similares, um centro exclusivo para deficiente físico em Joinville, 6.563 trabalhadores do SUAS, e 12.609 vagas de acolhimento.

Sobre ILPIs, nós temos uma parceria com o Ministério Público e outras muitas instituições, que também criaram o BI e que nós podemos, hoje, ter uma clareza de dados de quantas ILPIs temos e qual a capacidade de vaga.

Sobre o Cofinanciamento, é importante mostrarmos os dados, o que nós tínhamos no início do ano. Nós tínhamos, para cofinanciar, R\$ 17.206.414,00. Chegamos a primeira conversa com Congemas, era o que tínhamos à época, e a divisão seria essa, de R\$ 12 milhões para proteção básica, R\$ 5,206 milhões para média e alta complexidade.

Porém, conseguimos com a Fazenda uma ampliação de 33,67% desses recursos, chegamos então a R\$ 23 milhões, isso tudo bem próximo, antes da pandemia.

Naquele momento que nós não estávamos vivendo a pandemia, cofinanciamos R\$ 23 milhões para este ano. A primeira parcela, quando iríamos repassar, já tínhamos entrado em um estado de pandemia, portanto, houve uma solicitação de adiantamento da parcela, e nós adiantamos, não apenas fizemos o adiantamento da parcela, mas revimos o Plano de Ação dos Municípios quanto a eles decidirem onde queriam os recursos, porque lá naquele primeiro momento, vocês viram, tinha bastante recurso para a base, menos para a média e alta, e neste segundo momento, de pactuação, em função da pandemia, muitos, mas muitos mesmo, estavam preocupados com os benefícios eventuais.

Sabemos que um dos itens de benefícios eventuais é cesta básica, então muitos dos nossos municípios optaram para ampliar benefícios eventuais, e foi assim que distribuimos as parcelas, conforme cada município pode ter a liberdade total de escolher onde colocaríamos o recurso. Então, a primeira parcela foi de R\$ 7.799.996,40 distribuídos desta maneira.

A segunda parcela estava prevista para agosto. Nós, então, no decorrer desta pandemia, solicitamos à Fazenda que adiantasse também a segunda parcela, e essa segunda parcela ficou de R\$ 7,6 milhões para julho. Até este momento, a 3ª parcela continua em novembro, mas nós podemos, depois, no decorrer do tempo, perceber que é possível ou não, também, pagar antes. Mas vamos ver como isso vai funcionar no decorrer do tempo.

Só para terem uma idéia do que significou esses 33% a mais, nós trouxemos, aqui, para as pessoas saberem como foi de 2015 para cá o que o Estado cofinanciou. Então, vamos ao total pela falta de tempo. No total, em 2015 foram cofinanciados R\$ 9,4 milhões, já computadas medidas judiciais que vão para alta complexidade; em 2016, R\$ 8 milhões e pouco; em 2017, R\$ 15 milhões e alguma coisa; em 2018, R\$ 14 milhões; e 2019, nós chegamos a R\$ 16.257.766,96, já computadas também as medidas judiciais. Vejam que em 2008 tivemos um grande avanço em medidas judiciais, no ano de 2019 menos, mas mesmo assim,

em comparação aos outros anos, é um tamanho bastante significativo. Isto é para alta complexidade, que são aquelas pessoas que vão à Justiça para terem acesso a vagas em abrigamento. Então, ao todo, em 2020, o Cofinanciamento ficou em R\$ 23 milhões, com o aumento de mais de 33%.

Sobre o Plano de Contingência, como iniciou? Num primeiro momento, todas as nossas instituições e todos os cidadãos do Estado de Santa Catarina estavam sob o Plano de Contingência da Saúde, não é? Todos, estávamos dentro daquele protocolo que a Saúde nos trouxe para iniciarmos algum tipo de resguardo quanto um vírus que ninguém sabia o tamanho da extensão real, o quanto podia nos afetar, então, todos os serviços, naquele momento, ficaram também em alguns momentos parados, em outros, só olhando todas as orientações que vieram da Saúde.

No decorrer do tempo, começamos então a criar o nosso Plano de Contingência para saber. Tudo bem. E os nossos serviços, quando têm características um pouco diferentes, por exemplo, quando se fala de um centro de convivência em que tem mais pessoas interagindo, nós sabíamos que aquilo deveria ser suspenso, que é diferente de um atendimento a uma família que foi buscar o auxílio, por exemplo, de um benefício eventual.

Então, foi aí que começamos a discutir, inclusive com a Defesa Civil, que tinha criado o GRAC, para sabermos como é que algumas diretrizes estavam saindo do GRAC para o COES, e daí para nós, e como adaptaríamos para os nossos serviços.

Nós temos, eu não vou poder ler tudo, isso vai para vocês porque não temos tempo, mas nós trabalhamos atualizando os dados dos indígenas em Santa Catarina para sabermos o tamanho dessa população para este momento de emergência, monitoramos as secretarias especiais na área da saúde e dos indígenas, que é diferente da nossa, para podermos juntar esses dados e ter alguma ação mais efetiva. Solicitamos da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial também uma revisão da distribuição destas cestas básicas, porque os números que tínhamos no CAD

Único não eram os números que tínhamos no nosso BI para podermos, minimamente, atender de fato a população que nós tínhamos, e não aquilo que estava registrado, e tínhamos dados de 2017, por exemplo. Não estava atualizado.

Fizemos visitas em polos, sobre os quilombolas foi praticamente a mesma coisa também, levantamos essas comunidades, atualizamos os dados para poder saber que tipo de ação específica naquelas comunidades.

Sobre migrantes, é muito interessante, porque temos um grupo da Alesc que trabalha a questão dos imigrantes. Todas as nossas orientações em relação não apenas a prevenção à Covid, mas também todas aquelas orientações de como acessar o recurso emergencial, quem tinha direito, como fazer, além de termos estas instruções, nós conseguimos que tudo fosse traduzido em várias línguas. Então, todo este material de imigrantes foi disseminado, no Estado inteiro, para as empresas e para os municípios em várias línguas.

Fizemos muitos contatos, enfim, isso tudo, os detalhes, não vamos conseguir agora, talvez nas perguntas. Fizemos também, e não paralisamos, todas as nossas orientações quanto crianças e adolescentes, por exemplo, o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar vai poder atuar? Não vai poder atuar? Vai poder atuar em que medida? Vai poder atuar de que forma?

Juntando o Plano de Contingência da Saúde com o nosso, chegamos a um termo de dizer que não pode parar, mas vai funcionar da seguinte forma. Então, orientações para aqueles que trabalham com Conselho Tutelar. E também, depois, fizemos *lives* sobre isso, mas mais para frente falarei a respeito.

O Sistema Socioeducativo a mesma coisa, queriam ou não paralisar o trabalho com os adolescentes em conflito com a lei em meio aberto, também nós tivemos que readequar todas as orientações da Saúde para os nossos serviços. Então, fizemos não só orientações técnicas, mas *lives* para poder capacitar a ponta e saber como usar os recursos que tinha, não paralisando os

serviços. Da área da infância e juventude, criança e adolescente, tem todas essas orientações técnicas, muitas delas trabalhadas com o Sistema de Justiça. Isso, depois, em detalhe, vamos dar os endereços das *lives* que as pessoas podem tirar dúvidas.

Pessoa em situação de rua, da mesma forma, como iríamos proceder com o protocolo da Saúde e adequar os nossos serviços. Da mesma maneira, tivemos orientação, e essas orientações foram repassadas, de como poderia ser o serviço com pessoas em situação de rua, juntando todas as orientações da Saúde e da Assistência.

Com mulheres não foi diferente, levantamento de dados dos abrigos, necessidades dos abrigos, problemas com o que faltava e o que podia ser feito, com o protocolo da Saúde e também com as pessoas que trabalham com esses abrigamentos, e resguardando a saúde dessas mulheres também. Ali, também fizemos várias orientações, tanto na área dos direitos humanos quanto da assistência social, quanto como proceder nos abrigos, que não é muito diferente das ILPIs com os idosos, e com os abrigos de crianças.

Quanto aos idosos, então. Na segunda-feira, boa parte das pessoas que estão aqui assistindo, da Alesc, Ministério Público, tiveram uma grande reunião com a Deputada Carmen Zanotto, e toda a nossa equipe esteve junto, justamente comentando sobre os dados do BI que veio do Ministério Público sobre como proceder. Eu estava na reunião de colegiado com o Governador, não participei, mas toda a nossa equipe participou. E chegamos à conclusão de que não só o levantamento de dados que nós tínhamos, cruzado com aquilo que o BI do Ministério Público trouxe, nós, então, chegamos a um bom termo de dados mais fidedignos.

Nossa resposta, no momento da pandemia, em relação às ILPIs foi a mesma coisa em relação a outros abrigos, se o protocolo da Saúde estava sendo de fato respeitado e mais as características da nossa atuação. Todos os abrigos, também, nós recebemos algum tipo de necessidade, aqui está faltando isso, aqui está faltando aquilo, EPis,

álcool em gel, e também naqueles casos, inclusive dos idosos, de contaminação, ou da pessoa idosa ou do trabalhador. Nós também acompanhamos junto com a Saúde tudo que nos chegava, do Ministério Público ou chegava do município, e nós fizemos esta interlocução entre Defesa Civil, Saúde, e Assistência Social do Município para saber como enfrentar essas situações.

Quanto à Segurança Alimentar e Nutricional, que também está nesta pasta, nós ajudamos a construir o Programa de Aquisição de Alimentos, é muito importante para nós falar sobre esta construção conjunta? Por quê? Nós queríamos atingir duas pontas, as pessoas que estavam em situação de risco alimentar, e as famílias produtoras. As famílias que trabalham com agricultura familiar. Nós tínhamos duas pontas para poder auxiliar, para que conseguissem de alguma forma não parar a produção e atingir o maior número possível de pessoas que estavam em problema de insegurança alimentar. Então, nós construímos com a Secretaria da Agricultura, através da Epagri, da Conab e também com as cooperativas. Num primeiro momento, a Secretaria da Agricultura dispôs dois milhões. Esses dois milhões não atingiriam, de fato, todos os municípios do Estado. Então, tivemos que ver como isso iria ser dado, no sentido de quais seriam eleitos, como nós poderíamos fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Vamos pedir para a senhora secretária ir concluindo, porque o tempo já extrapolou.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Estamos concluindo, já. Enfim, também tem os detalhes ali, e a Merenda Escolar a mesma coisa. Foi uma construção conjunta com a Secretaria da Agricultura e a Secretaria da Educação, para podermos atingir também esses alunos que estavam fora de aula.

Os desafios, para nós, foram os 10 Conselhos de Direito, que nós temos na pasta, não pararem com as suas atividades de plenário, e nós

conseguimos manter as plenárias durante toda essa pandemia e continuamos nessa toada. Então, eles estão, sim, fazendo não só a plenária, mas algumas reuniões extraordinárias.

Aqui são os *links* para tudo que trabalhamos nas *lives*, está no *Youtube* e vocês podem acessar com detalhes. Essas foram as *lives* que nós fizemos, são muitas, por isso não dá para falar de todas.

Revendo, o Cofinanciamento Estadual foi de R\$ 23 milhões este ano, por enquanto, e nós tivemos nesses recursos extras, no ano passado, de emendas impositivas, R\$ 2.423.562,00. Neste ano, previsto, temos R\$ 6.208.109,00 de emendas impositivas. Temos as emendas não impositivas, os senhores conhecem muito bem, a emenda impositiva ela nos habilita a utilizar aquele recurso, mas não necessariamente se tem recurso em caixa. Nós podemos chegar a utilizar aquele recurso se tiver recurso em caixa para ser utilizado, ou seja, não é impositiva. Então, ela pode ocorrer ou não.

Agora, indo para o final, o que nós tínhamos até abril de repasse de Bolsa Família, que é recurso federal, mas é importante para mostrar o salto que isso deu agora, com a pandemia. Em abril, nós estávamos com um número em torno de 226.878. Outro dado que é interessante para vocês perceberem, qual é o valor médio, para quem conhece. O valor médio de quem recebe o Bolsa Família é em torno de R\$ 180,00 ou R\$ 170,00. É o que normalmente as pessoas recebem no Bolsa Família. O valor total em benefícios este ano, em abril, era de R\$ 22.778.000,00. Vamos ver o que aconteceu com isso, agora, na pandemia. Já indo para o final.

No Auxílio Emergencial, só para ver no *ranking* brasileiro onde nós estamos. Nós temos apenas 12,94% do Auxílio Emergencial, a nossa população em relação ao Brasil. Vejam, só para vocês entenderem, o Auxílio Emergencial, no caso de Santa Catarina, então, para sermos mais exatos, de uma população de sete milhões de pessoas, nós pulamos para quase um milhão de benefícios, isso sim é algo assustador. Esse é um número que eu

gostaria que todos nós olhássemos, porque isso é o futuro. Vamos supor que metade dessas pessoas, metade, que dá umas quatrocentos e cinquenta

(A sra. Presidente lembra que o tempo de manifestação da Secretaria está se findando.)

Se essas pessoas não conseguirem reaver a sua renda, emprego, essas pessoas vão estar impactando diretamente o serviço da Assistência Social. O que significa que, se pagamos até abril R\$ 111.159.000,00 em benefícios, hoje os benefícios são de 927.000 pessoas, o que dá em termos financeiros, se nós pagávamos 19 milhões, hoje estamos pagando 575 milhões em benefícios.

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Secretária, se me permite interromper, só para não perder o raciocínio.

Antes da pandemia eram 126 mil pessoas que recebiam o benefício, e passou para 927 mil, confere?

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Eram 111.159 benefícios, passou para 927.000 pessoas.

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado!

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Quase um milhão de pessoas entraram para o benefício.

E última lâmina, para terem uma ideia, tem a Portaria 369, que estão nos cobrando bastante sobre o aceite, primeiro que os municípios podem fazer o aceite sem que o Estado faça o aceite, ao todo os municípios podem acessar 37 milhões. Estávamos discutindo no Consea a portaria do Ministério de Cidadania que repõe recursos federais, a 378, quando naquela tarde o Ministro da nossa pasta caiu, e aí entramos na pandemia e não conseguimos mais discutir a questão da 378, mas é um recurso que ainda nós estamos discutindo no Fórum Nacional dos Secretários e Congemas nacional. E essa lei complementar que acabou de ser sancionada é um recurso extra, mas esse recurso vou deixar para que a Fazenda, na semana que vem, discuta com os deputados, porque nós temos os valores, mas não temos ainda o percentual, o que vai ser para a Saúde, o que vai

ser para a Assistência Social no Estado. Aqui nós já temos qual é o valor que vai para os municípios, mas não sabemos ainda porque acabaram de sancionar a lei, e a Fazenda vai trabalhar estes números com os Deputados na semana que vem, porque sei que tem uma audiência com vocês.

Agradeço, e fico à disposição dos questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço a manifestação da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, e neste momento faço, como requerente desta convocação, os meus questionamentos e, em seguida, em ordem decrescente, considerando o número de membros de cada partido, iniciamos então a fala dos Parlamentares.

Quero apontar, aqui, Secretaria, quatro questionamentos, e nestes quatro questionamentos bastante detalhados. Parece que, com relação aos dados do SUAS, nós temos uma situação que é antes da pandemia e pós pandemia.

A senhora apresentou vários dados, aqui, mas eu entendo que monitoramento não é junção de dados, a pergunta que eu faço é qual a forma de monitoramento dos dados do SUAS em Santa Catarina. Ou seja, o que a Secretaria acumula de reflexão, de estudo, de elaboração, de planejamento sobre estes dados. Para onde aponta o SUAS em Santa Catarina.

Há dados, também, sobre a quantidade e qual o público atendido pelo BPC, Bolsa Família, demais programas do SUAS, antes e pós pandemia, de forma detalhada? Há dados sobre CRAS, CRESS, atendimento à população de rua, Centro POP, também, as Instituições de Longa Permanência para Idoso, quantidade de atendimentos que os municípios estão fazendo, e a cobertura que existe no Estado, uma vez que a própria Secretária diz que o papel da Secretaria de Estado é orientar, repassar recursos e apoiar. Então, como está o quadro nos municípios em relação a esses dados.

Sobre recursos humanos da diretoria da Assistência Social da SDS, como está a situação atual e como estava antes do período da pandemia.

Houve concurso para novos servidores, está se estruturando essa diretoria antes da pandemia, tem alguma previsão neste sentido.

O segundo ponto é o Cofinanciamento e os Recursos Extraordinários, em primeiro lugar, quais os novos recursos, eu não quero saber o que já estava previsto, eu quero saber o que tem de novo por parte do Estado e a previsão de repasse desse recurso. Este recurso, que era de agosto e vem para julho, é recurso já previsto? Quero saber qual é o recurso novo que o Estado está colocando e qual é a previsão de liberação desses recursos.

Com relação às parcelas do Cofinanciamento estadual agendadas para agosto e novembro já foi aqui anunciado de que será antecipado para julho. No entanto, é o mesmo valor, não tem aumento de valores. Terceira questão, ainda, do Cofinanciamento, quanto às emendas da Lei Orçamentária aprovadas na Alesc, tem a emenda do Deputado Altair, que está aqui, conosco, e a minha emenda também. Uma de R\$ 12 milhões, que é de autoria do Altair, mas é do conjunto dos Deputados, a minha, de R\$ 30 milhões, que é do conjunto dos Deputados. Se tem discussões, se tem conversas, negociações, eu gostaria de saber qual é a sua posição sobre isso. Porque dizer que não é impositiva, nós sabemos, nós queremos saber se a Secretária vai fazer a luta, a briga, para que esse recurso venha para a Assistência Social. Por que eu digo isso? Porque estou acompanhando o Orçamento da Assistência, e ele vem diminuindo percentualmente. Nós tivemos, em 2018, 0,51% da receita corrente líquida, o ano de 2019, 0,48%, e este ano, se ficar o que está previsto, 0,31%.

O terceiro ponto é sobre o Plano de Contingenciamento, o Estado de Santa Catarina, a exemplo de outros estados, possui diagnóstico sobre a Assistência Social? Esta é uma pergunta. Diagnóstico, nós não entendemos como números, diagnóstico é, como eu falei, monitoramento, é planejamento, é controle social, é diálogo com os municípios, com as entidades, enfim, com toda a rede da política da assistência.

Segundo, a senhora informou que foi produzido um Plano Estadual de Contingenciamento para o Enfrentamento a Covid. A pergunta é, com quem foi construído isso, porque não chegou no controle social, e a informação que nós temos é que não está sendo construído com entidades, instituições.

Eu acho que o Governo peca quando dialoga muito para dentro e não para fora. É um diálogo muito interno e não externo. E a Assistência Social, hoje, ela está sobrevivendo pelas ações que têm nos municípios, pelos assistentes sociais, psicólogos, profissionais que estão atuando em equipe, mas também porque tem uma rede de solidariedade muito grande em termos de benefícios eventuais, aquisição de recursos, equipamentos, assim por diante.

Então, esse Plano de Contingenciamento, ele foi construído com quem, afinal de contas, estou falando para além de instituições, eu quero saber sociedade civil, sociedade externa, isso é muito importante. E qual o volume de recursos que a Secretaria de Desenvolvimento Social coloca para execução imediata de ações de apoio aos municípios.

Por último, eu reforço, a importância desta rede de diálogo, eu acho que a gente não está em uma condição de hierarquia, de dizer eu faço e você executa, é numa construção de relação de apoio. Mas existe um organograma, existe uma estrutura toda, no SUAS, que precisa ser respeitada, e construída, e compartilhada.

Então, esses são os meus primeiros questionamentos, e respeitando o protocolo da Assembleia, vou chamar as duas primeiras manifestações, por ordem, o MDB. Tem algum Deputado inscrito para manifestação em nome do MDB? Nós vamos fazer, como eu disse, pela ordem de três falas na sequência. A minha e mais três partidos.

Concede a palavra ao sr. Deputado Sargento Lima, que se manifestará em nome do PSL.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Boa dia, Deputada, Deputados. Cumprimento também a Secretária.

Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o trabalho das mulheres dentro da Assembleia Legislativa, e de forma especial três pessoas que eu vejo muito empenhadas dentro dessas demandas, que são importantíssimas, como as deputadas Luciane Carminatti, Ada De Luca e Marlene Fengler.

Na verdade, é somente para reforçar e endossar os questionamentos da senhora, porque é visível que existe uma diminuição percentual dos investimentos por parte do Estado, isso é uma realidade, na verdade não houve algo crescente apresentado pelo Estado. As tabelas estão ali, os números estão ali, e isso, é claro, um investimento percentual ele diminui, ele não cresce, e isso é preocupante. Está preocupante demais mesmo.

Deus me livre, se a gente não pudesse contar, dentro dessa área, hoje, com recursos federais, e também, principalmente, com o voluntariado, das pessoas dos nossos municípios. Eu tenho uma preocupação muito grande, e com isso justamente elogiei as deputadas, Marlene e Ada, que sempre abordam um assunto que para mim é preocupante, a situação das mulheres, estou dizendo aquelas que estão em situação de fragilidade, e pelos seus abrigos. Isso é uma constante, aqui, em Joinville, a gente vê bastante isso acontecer devido à violência doméstica, e levando em consideração de que leva uma bagagem muito grande para aonde ela vai, que não é somente os filhos, é a responsabilidade de cuidar deles, a responsabilidade do trabalho. E de verdade, mesmo, assim, com exceção das *lives*, é um governo bastante voltado para este recurso da *live*, mas enfim, eu não vejo nada de efetivo mesmo.

Graças a Deus, eu me considero um Parlamentar que está bastante próximo dos problemas da minha região e de todo o Estado, também, mas eu gosto de focar bastante aqui, porque aqui é a minha cidade, eu conheço a realidade dela, e o meu questionamento é esse mesmo, com exceção das *lives*, não vamos falar aqui dos números, que hoje dependem exclusivamente do voluntariado, principalmente o voluntariado, que tem feito algo

maravilhoso aqui no Estado, e de recursos federais, e por parte do Estado vejo essa escassez de empenho, ou de um preparo, não sei do que se trata essa escassez. Santa Catarina tem essa característica exclusiva de, nesta época, agora, principalmente de inverno, além do isolamento social causado pela Covid e pelo próprio inverno mesmo, o cidadão fica mais dentro da casa dele, o que aumenta essa possibilidade considerável de haver choque entre marido e mulher, o que acaba ocasionando a violência doméstica, e isso, sim, é preocupante. Nós temos, aqui, delegacias especializadas para mulher na nossa cidade, o encaminhamento para esses abrigos tem sido dificultoso, e a gente sabe que ali não está mais um trabalho que possa ser considerado (inaudível), mas é um trabalho essencial porque está preservando vidas.

Nós tivemos, agora, nos últimos dias, mais um caso de uma morte, enfim, para concluir, é isso que eu quero saber da Secretária, mesmo, com exceção das *lives*, que é uma característica desse Governo, o que, de forma efetiva, está sendo feito, porque precisa de um planejamento, como disse a Deputada Carminatti, e o planejamento, o próximo passo depois dele, e execução. Planejou, executa, senão perde o sentido a coisa. Seria isso, o meu questionamento é voltado exclusivamente para este campo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao Deputado Sargento Lima e passo à palavra ao representante do PSD, Deputada Marlene Fengler. Em seguida, ouviremos a resposta da Secretária a estas primeiras questões.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Na verdade, a Deputada Luciane já perguntou o que eu ia perguntar, mas tem duas perguntas que eu gostaria de fazer. Uma delas é, de que forma o estado agregou os atores que fazem a política de assistência social no estado de Santa Catarina, e quais foram as ações conjuntas, específicas, que foram adotadas no Estado para este momento de pandemia. E outra questão que me preocupa demais, vai meio na linha do que falou o Deputado Sargento

Lima, é com relação às instituições de acolhimento de idosos, existe algum projeto, existe algum plano, nem só plano, existe alguma ação concreta para atendimento dessas pessoas, que neste momento são um grupo de risco muito grande, em potencial, e que muitos deles não tem... A gente tem as instituições, e eu queria saber como é que o Estado estruturou essas instituições para que as pessoas não sejam acometidas da Covid dentro das mesmas.

E também, na mesma linha, os abrigos às pessoas que foram vítimas de violência doméstica, esses abrigos foram estruturados de uma forma específica, agora, para este momento, ou continuam sendo os mesmos espaços que já existiam antes, mas têm um olhar diferenciado, têm alguma ação conjunta com as prefeituras, ou como está sendo tratada esta questão, que eu acho extremamente importante, pois essas pessoas, neste momento, não conseguem nem falar, estão todos em distanciamento social e não têm muito a quem recorrer.

Então, é uma preocupação grande que eu tenho, de saber qual é a ação concreta que o estado adotou, neste sentido, para que essas pessoas estejam resguardadas, cuidadas, tanto nos abrigos, nas casas de acolhimento, quanto nessas instituições, também, que acolhem os idosos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Vou passar a palavra para a Deputada Ada, pois no início eu havia chamado o MDB.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde a todos os Companheiros, boa tarde à Secretária Elisa, que se dispôs a fazer a reunião conosco, muito obrigada. Eu estava na reunião da Comissão de Economia, Presidente.

O que eu gostaria de falar com a Secretária Elisa é de conhecimento dela, meu, de muita gente, só se aumentou, que a Secretaria, em média, tem 112 mil famílias que são beneficiadas pelo Bolsa Família em Santa Catarina.

A Secretaria fez algum estudo buscando reativar aquele Programa lá atrás, o Programa Santa Renda. Não sei se alguém já perguntou. Que é um programa estadual e que tem como objetivo

completar e complementar o valor do benefício do Bolsa Família. E acho que seria de suma importância que fizesse isso, se já não fez, nessa época de pandemia. É uma sugestão. Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Passo a palavra a sra. Secretária, por até cinco minutos.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Agradeço pelas perguntas, o tempo de cinco minutos é pouco, mas vou tentar.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o problema da política pública de assistência social todos nós sabemos que é do Brasil inteiro, de todos os estados brasileiros, esta perda ocorre em todos os Estados. Então, não justifica nada, muito pelo contrário, por isso é que nós temos que ter voz para poder buscar que essas recuperações ocorram. Então isso é algo histórico, não é problema deste Governo, ou deste Estado, tanto é que discutimos muito no Consea essas perdas, no ano passado, chegamos à conclusão que vamos entrar num colapso se não formos de alguma forma, por toda a sociedade, de verdade, se não formos olhados, se as pessoas não olharem. Lamentamos extremamente que em tempos de pandemia os olhares se voltaram para a nossa política pública, que é algo que não precisávamos ter chegado aonde chegamos para ver todos os colapsos em todos os nossos serviços. E eu estou aqui para dizer, e digo para todos os Prefeitos com quem me encontro, que quem de fato sofre é o Prefeito, lá na ponta, e nós sabemos disso. O Estado é responsável e sabe que deveria, sim, ter mais recursos para repassar, isso a gente nunca negou. Hoje, para sustentar só a básica, nós precisaríamos de 33 milhões, porque teria um terço de Brasília, um terço nosso, um terço do município, e aí nós acabamos repassando recursos para alta complexidade, onde estão todos estes questionamentos que os senhores fizeram, dos abrigados, seja idoso, seja criança, seja mulheres, que é alta complexidade, e os municípios não têm mais fôlego para esses serviços, para conseguir, de fato, mantê-los e na qualidade que

deveria, e quando eu digo qualidade, olhando para os nossos trabalhadores do SUAS, não é qualidade técnica, é quantidade de pessoas suficiente na equipe para dar o suporte que deveria.

Então, nós sabemos que estado paga mais em ações judiciais, por conta de vagas que nós temos que pagar para o abrigo, do que o que se passa para a alta complexidade nos Cofinanciamentos. Isso, todos nós, os que estão me ouvindo em casa, e os senhores que estão nos ouvindo agora, aí da Alesc, sabem que isso é histórico. E que nós, aqui, estamos tentando reverter.

A questão das mulheres, que me perguntaram, temos 98 vagas sobrando em abrigos. Pelo levantamento dos abrigos do Estado, nós temos aqui 45 vagas em abrigos que são governamentais, no sentido do município, Governo municipal, e 53 vagas em abrigos não governamentais. Isso ocorre porque na maioria das vezes essas mulheres que precisam de medida protetiva acabam indo para o seio da família, para alguma casa de parente. Aquelas que realmente não têm como se sustentar, ou a família, ou ter um abrigo familiar, é que procuram estas vagas. Estas vagas, hoje, num levantamento atualizado por causa da pandemia, nós descobrimos que tem 98 vagas sobrando nesta rede, que é uma rede que quem oferta são os municípios, isso o Estado sabe.

Lembrando uma coisa importante, que um dos Deputados me perguntou sobre *lives*, sim, este Governo é um Governo mais sem papel, sem dúvida, é um Governo que quer enxugar diárias e passagens dos seus servidores, então, nesta parte, nós conseguimos, no ano passado, por exemplo, diminuir quase 200% das diárias, porém nós não fazemos apenas e tão somente capacitações *online*, nós sempre fizemos capacitações, ou regionais, ou pontuais, conforme o assunto, de imigrantes foi assim, principalmente no oeste, e tínhamos toda uma programação presencial pronta, tanto para o SIPIA CT, SIPIA SINASE, Imigrantes, e o nosso CapacitaSuas, além de outras tantas oficinas que íamos oferecer, na pandemia, o que nós fizemos?

Tivemos que traduzir tudo isso em *lives*, porque nós não temos, por decreto, como nos reunir. Não podemos reunir as pessoas para poder dar essas capacitações presenciais. Então, todo o nosso calendário está à disposição, se quiserem ver, das *lives* que iam ocorrer. Inclusive, na semana do decreto nos iríamos para Itapiranga, só para discutir e ajudar o Prefeito sobre a questão dos imigrantes, já tínhamos horário.

(A sra. Presidente lembra que o tempo está se esgotando.)

Senhora Deputada Carminatti, tem tantos assuntos que me perguntaram, e sabe que é impossível chegar a bom termo, mas apenas sobre diagnóstico. Já, desde o ano passado nós trabalhamos com diagnóstico, aliado, eu quero lembrar isso, é muito importante, essa secretaria nunca trabalhou, de fato, com diagnóstico, que nós não tínhamos um BI aqui.

Hoje nós podemos, por exemplo, olhar para trás e ver, o que às vezes eu tenho no CAD SUAS, não é atualizado mês a mês, como o nosso BI, por exemplo. Então, o que nós tínhamos de quilombolas, o que nós tínhamos de indígenas, alguns dados eram de 2017, hoje não. Hoje nós temos o dado deste mês, então, em termos de diagnóstico, e sem diagnóstico não se constitui nenhum tipo de planejamento de políticas públicas, então foi um salto, e não foi por causa da pandemia. A pandemia apenas e tão somente fez com que outras instituições, que nunca nos procuraram, não é a Alesc, por favor, a Alesc sempre foi uma parceira, mas que vieram nos buscar dados.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Secretária, eu vou lhe interromper porque tem vários Deputados inscritos. Vou solicitar que todas as questões que foram feitas e não respondidas, incluindo as minhas questões, que são várias, eu sei, que todas sejam respondidas e enviadas aos nobres colegas Deputados, para que possamos respeitar a ordem da fala dos Deputados.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De

Caro) - Eu fico agradecida, porque é mais fácil por causa do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Passo a palavra ao colega Deputado Maurício Eskudlark, representando o PL, e na sequência, pelo PP, o deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputada Luciane Carminatti, eu estava com problema no áudio, acho que a Assembleia tem que fazer uma economia para darmos uma olhada nos nossos computadores e a rede da Casa, que realmente está complicada.

Queria saudar a Secretária, estivemos conversando sobre os trabalhos realizados na Secretaria, eu estou aqui representando, agora há pouco recebi o convite do nosso Líder Deputado Ivan Naatz para representar o partido. Eu fico acompanhando e me sinto representado pelos demais Colegas, Deputada Luciane.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao Deputado Maurício Eskudlark e passo a palavra ao Deputado Altair Silva, representando o PP, e na sequência o Deputado Fabiano fala em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O Deputado Marcius Machado gostaria de fazer uso da palavra e ele poderá representar a nossa bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Concedo a palavra ao sr. Deputado Marcius Machado.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Deputada Luciane Carminatti, os meus cumprimentos, os meus cumprimentos à Secretária e a cada um e cada uma. Estou trabalhando em videoconferência, mas cumprimento os Colegas que estão na Assembleia.

Eu tenho três pontos, Secretária, em relação aos recursos de novas unidades habitacionais, se o Governo tem uma linha de crédito para os municípios, ou uma linha direcionada para as novas unidades habitacionais, e deixo como sugestão que a gente não doe a casa, mas que a casa seja do poder público, que ele use através de comodato. Por quê? Aqui, em Lages, as pessoas ganham a casa,

depois de dois ou três anos trocam por um carro, e vão para o litoral. Trocam por um... Não sei, eles vendem a casa. E dá todo aquele rolo através da Justiça.

Outro ponto importante também, qual é a política pública efetiva em relação ao uso de drogas, especialmente da juventude, que está assombroso isso, e em relação ao alcoolismo. Eu fiz uns estudos, existe a Naltrexona, que é o LDN em altas dosagens direcionado para alcoolismo e drogas pesadas, eu acredito que a gente possa estar atuando em parceria, em sinergia com a Secretaria da Saúde, também. E, por último, em relação a um tema muito defendido pelo deputado Kennedy, é sobre a automutilação e suicídio. Hoje os jovens, eu não sei o que está acontecendo, estão cada vez mais cabisbaixos, cada vez mais deprimidos.

Eu ministro palestras, chego nos lugares, tem que dar um animo neles, eles acordam, mas depois voltam, então seriam esses três temas, para concluir, Deputada Luciane. Unidades habitacionais, alcoolismo e drogas na juventude, e também sobre automutilação e suicídio. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Passo a palavra ao sr. Deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - O meu boa-tarde a todos os senhores Deputados, senhoras Deputadas. Vejo que o grupo de Deputadas mulheres está maior na nossa reunião, inclusive a nossa Secretária, a Elisa, a quem parabenizo pelo seu trabalho, pelo desafio que tem por esse momento, um momento difícil. Existem dois setores do Estado que são os mais provocados neste momento de pandemia, o primeiro deles é a Saúde, e o segundo é a Assistência Social. Os municípios, eu recebi vários contatos de municípios, até sabendo dessa audiência que estaria ocorrendo agora à tarde, conduzida pela Deputada Luciane, quero parabenizá-la pelo rol de perguntas que fez, praticamente classificou as perguntas de todos nós, mas eu vou na preocupação.

Como a senhora apresentou, me parece que o Governo federal está fazendo a sua parte, e fazendo até mais do que a sua parte, estando muito presente, com o aporte de recursos, neste momento, para fazer o equilíbrio, principalmente em relação ao Bolsa Família, o que a gente fica muito grato, através desta informação, já que é um programa de muitos anos, que vem salvando a vida de muitos brasileiros. É um programa muito conceituado.

Eu quero fazer a seguinte pergunta, que a Deputada Luciane também já colocou, e aí acredito que todos os senhores Deputados e senhoras Deputadas estão inclusive à disposição, se for preciso marcar uma audiência com o Governador Moisés, com a sua presença, para fortalecer esta força política, no sentido de que as emendas que foram inclusive negociadas, sei o quanto a Deputada Luciane e nós também negociamos com os demais Deputados para conseguir incluir no Orçamento deste ano, são ao total R\$ 42 milhões, que eu tenho a certeza, fariam muita ajuda aos municípios e à Secretaria da Assistência Social. De forma que eu tenho certeza, o que a senhora precisar dos colegas Deputados, independente da posição em relação ao Governo, se é oposição ou situação, eu tenho a certeza de que para a Assistência Social e a Saúde não existe oposição, só existe situação. Se a senhora precisar de um grupo reforçado de Colegas, que marquemos uma audiência em conjunto, para que haja um... Eu sei que o Governo está espremendo o seu Orçamento de todas as formas, mas que consiga espremer um pouquinho mais, lembrar da Assistência Social, porque os municípios não conseguem mais vencer a demanda, é uma fila nas Secretarias da Assistência Social, a demanda é muito grande. E eu sei que sem recursos ninguém vai fazer milagres, e nós precisamos buscar uma alternativa para essa demanda, e por isso nos colocamos à disposição para ajudar a senhora a conquistar esse recurso da Secretaria. Não é para a Secretaria, nem para a Secretária, é para os catarinenses mais humildes que estão precisando de uma presença mais forte do Estado neste momento. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao sr. Deputado Altair Silva, e passo a palavra ao sr. Deputado Fabiano da Luz, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Boa tarde a todos! Boa tarde Secretária, não quero repetir a pergunta de algum Deputado, até porque não ouvi todas, peguei parte da explanação da Secretaria sobre os investimentos, depois precisei atender e perdi uma parte da conversa. Então, me perdoem, vou tentar resumir um pouco do que o nosso grupo de trabalho da área de Imigrantes da Assembleia Legislativa, a qual a senhora conhece, algumas perguntas que vêm da professora Sandra Bourghignon, da Universidade de Chapecó e da antropóloga doutora Janaína Santos. Basicamente é a questão dos imigrantes, sobre as dificuldades que a população está enfrentando com relação ao cadastro. O cadastro não fala da realidade dos imigrantes, porque muitos nem sabem que precisa fazer este cadastro. Se a Secretaria tem esta noção e se está fazendo algo para resolver isso.

Com relação à pandemia, principalmente a questão das agroindústrias, boa parte da população que está sendo afetada é de imigrantes também. Se tem uma ação da Secretaria com relação a isso. Se as ações, no geral, de apoio a imigrantes, que a Secretaria de Assistência Social vem tomando, se considera que isso é suficiente para atender a essa população. Ainda, com relação aos imigrantes, na questão dos frigoríficos, que providência está sendo feita para ajudar e amenizar, de uma maneira geral, os trabalhadores destes estabelecimentos, sejam eles brasileiros ou imigrantes. Também, o que vem aumentando é a violência contra imigrantes, a violência doméstica, e os casos de racismo, que estão sendo registrados aqui em Santa Catarina, se há uma posição da Secretaria sobre isso.

Eu vi que a senhora já explanou a questão dos indígenas, das barragens, também, e se a Secretaria está pensando em oferecer algum curso *online* para capacitar a população migrante durante este período do isolamento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Muito obrigado, Deputado Fabiano da Luz. Passo a palavra à senhora Secretária por até cinco minutos.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Agradeço pelas palavras.

Sim, nós vamos precisar muito do apoio da Alesc, como sempre apoiou, e não negamos que é muito importante este apoio.

Sobre a habitação, hoje nós temos o primeiro diagnóstico feito no Estado sobre habitação. Precisaríamos de R\$ 500 mil para resolver a questão de risco, tirar aquelas pessoas que estão em área de risco, mas para resolver o problema de Santa Catarina na habitação nós precisamos de R\$ 10 bilhões. Não é simples falar em R\$ 10 bilhões, se nós não temos hoje nenhum recurso de financiamento federal que esteja no horizonte. Então, é complicado e é histórico também, e nós precisamos de ajuda, sim, para alavancar. O nosso diagnóstico está prontinho, com três alternativas para podermos começar a questão da habitação, ou recolocar a questão da habitação em discussão, e quando o Deputado quiser, ou a Alesc quiser, nós podemos mostrar, só fazer um *live*, uma conversa, ou uma *WEB*, só sobre o diagnóstico da habitação.

Sobre a questão de drogadição, álcool, drogas, mutilação, suicídio, sim, Deputado, nós temos diagnóstico para tudo isso, o suicídio foi ampliado demais de uns anos para cá, no ano passado isso explodiu, e este ano os dados são assustadores, mas esses dados, que nós temos no nosso diagnóstico, eles são a cada dia alimentados principalmente pela Segurança Pública, pelo IGP, então nós temos dados no Estado que nos apontam, e como todas as violações de direito, e todos os problemas que nós temos na assistência social em direitos humanos, o trabalho vai ser sempre intersetorial, sempre multidisciplinar. Então, não há como tratar uma política pública nestas áreas se não for junto com a Saúde, principalmente esta questão da drogadição, com a Saúde e com a Educação. Então, nós temos aqui o diagnóstico, nós

temos os nossos serviços, e esta interlocução com as outras secretarias para atacar este problema, que também é um problema que se agigantou no mundo inteiro.

Sobre a questão que um dos Deputados me perguntou, dos recursos federais, de fato, além daquilo que já está vindo como auxílio emergencial, esta nova lei que foi sancionada agora, a Lei n. 173, o Governo vai disponibilizar para o Estado R\$ 219 milhões e para os municípios R\$ 102 milhões. E ainda isso carimbado, saúde e assistência, e ainda livre, virão para o Estado R\$ 1.150.000.000,00, sendo que R\$ 780 milhões vão para os municípios catarinenses.

Então nós precisamos, além daquilo que vem carimbado, Covid, Saúde e Assistência, teremos também recurso livre que vem para o Estado e também para os municípios, e que na construção com a Fazenda e essas Secretarias, nós vamos saber como esses recursos serão, então, implementados dentro do Estado de Santa Catarina.

Sobre imigrantes, muito nos orgulha, aqui nesta Secretaria, o trabalho que fizemos com imigrantes durante o ano inteiro, no ano passado, e este ano também. Nós temos conversado muito com os municípios, lá na ponta, os que mais estão sofrendo com os imigrantes, além de todo material em várias línguas, que nós fizemos agora na Covid, por uma emergência, e um dos primeiros diagnósticos que nós tivemos foi exatamente o número de imigrantes que sequer acessam Bolsa Família, e fizemos capacitação o ano passado todo, com a nossa equipe da Diretoria de Direitos Humanos sobre imigrantes. A nossa proposta real, final para conseguir resolver melhor esta questão do imigrante, foram os contratos das empresas que exploram esta mão de obra, eles têm que ser revistos. Porque se eu trago esta mão de obra e pago um salário mínimo durante três meses, três meses não me dão garantia no serviço, boa parte deles vão para a rua, e o que acontece é que viram pessoas em situação de rua e agigantam o serviço da Saúde e da Assistência Social.

Portanto, se este empregador é realmente benevolente, quer ajudar, e quer fazer esta integração deste imigrante, ele precisaria, no mínimo, dar um ano de garantia do trabalho. Auxiliar, ou com um abrigo ou com um auxílio aluguel, porque quando a pessoa ganha mil e poucos reais não consegue pagar aluguel e se alimentar.

Então, essas pessoas tendem a morar muito mal porque moram muitas famílias juntas, numa questão de pandemia isso foi um desastre, e não têm a garantia do emprego. E não agigantariam os serviços do município se esse empregador ajudasse nesse aluguel, ajudasse na Saúde, algum tipo de seguro saúde para esse empregado, e conseguisse mantê-lo pelo menos um ano no serviço para que ele tivesse algum tipo de estabilidade antes de ser mandado para a rua ou de sair desse serviço.

Estamos trabalhando diretamente com os prefeitos mais impactados para que chamem os empresários para conversar, e na outra ponta nós estamos questionando a cada semana essa operação de interiorização de imigrantes, porque Brasília nos manda os imigrantes sem nos avisar.

Nós somos avisados, ou pior, o prefeito é avisado quando o avião está pousando no aeroporto, aí é que nós vamos saber que imigrantes estão chegando no Estado, não dá para planejar, não dá para trabalhar dessa maneira, e nós não vamos mais trabalhar desta maneira. Se é para fazer algo de humanitário, tem que ter planejamento desde o Governo Federal até o empregador lá na ponta. Senão, não dá para nós continuarmos neste modelo de trabalho de exploração da mão de obra de imigrantes no Estado de Santa Catarina e (inaudível).

A sra. Deputada Paulinha - Gostaria de saber se ainda é possível deixar perguntas, mas não posso escutar a resposta porque tenho uma reunião de Líderes e acabei de receber uma ligação para ir para lá. Mas não queria deixar de fazer a pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - A Deputada Paulinha seria a terceira

a fazer perguntas neste bloco, mas vamos mudar o cronograma.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Secretária, eu não tive ainda, em razão das urgências da Covid, o privilégio de conversar com o Governador sobre esta pauta. Mas já que a senhora está aqui, eu não posso perder esta oportunidade. A soma das três parcelas dos municípios, da PPI, da maioria dos nossos municípios, de 80% dos municípios, é de 60 mil/ano, o que dá cinco mil/mês. E aí a gente tem um caso clássico, crítico, de aumento crescente da demanda de assistência social e o nosso Governo não conseguiu oferecer nenhum tipo de recurso auxiliar para o combate à pandemia, neste momento, para assistência, e esse 60 mil por ano, dividido em 12 meses, dá cinco mil/mês. Vocês estão ouvindo uma ex-prefeita de uma cidade pequena que sabe que é uma tristeza, com cinco mil por mês é possível fazer o quê? Aí tem que escolher, ou trabalha a ILPI ou se põe esse dinheiro no CRAS, ou se põe no abrigo, porque não dá para fazer nada. E os municípios, agora, estão numa situação, todos os Deputados sabem, tem amigos nossos, Prefeitos, que não têm dinheiro para pagar a folha do próximo mês. Se o Estado está ruim, os municípios mais pobres estão pior ainda.

Então, além de dizer isso, é mais do que um apelo que eu faço, nós precisamos achar alguma fonte de recurso para essas pequenas cidades, para as comunidades mais pobres, porque senão tudo que falarmos aqui vai ser inútil. O fato é que a gente tem uma situação de colapso, hoje, e que precisa de recursos e o estado também tem que apontar com alguma coisa, a meu ver. Este é o meu pedido para a senhora, secretária. Também agradeço à Deputada Luciane e aos Colegas por permitirem deixar a minha fala registrada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Muito obrigada, Deputada Paulinha.

Passo a palavra ao PSDB, gostaria de saber quem fará uso da palavra, uma vez que não vejo o Deputado Marcos Vieira, que estava inscrito.

Desta forma, passo a palavra ao sr. Deputado Laércio Schuster, pelo PSB, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - Muito obrigado, deputada Luciane. Quero cumprimentar os nossos colegas Deputados que estão acompanhando este debate extremamente importante. Também gostaria de agradecer a presença e a disponibilidade da nossa Secretária de Estado de Assistência, Maria Elisa.

Na verdade, eu serei bem rápido, porque eu tenho dois pedidos a fazer à Secretária, que fizeram parte, que surgiram de uma reunião de colegiado dos Secretários de Assistência Social lá da AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, lá na cidade de Blumenau, a região pela qual nós representamos.

Os pedidos, o primeiro, é que seja feito o pagamento imediato aos municípios do valor da política de Cofinanciamento da assistência social. E o segundo pedido é uma abertura de crédito extraordinário para auxiliar os municípios na crescente demanda por serviços da assistência social neste período de pandemia.

Como foi colocado por alguns colegas Deputados, é de extrema importância, principalmente para as nossas pequenas cidades, que o estado de Santa Catarina esteja mais próximo, principalmente dos nossos gestores. Porque é lá que o Brasil acontece, é lá que nós temos as nossas lutas, principalmente da proteção dos mais vulneráveis. Eu gostaria muito que a Secretária pudesse acompanhar de perto a dor e o sofrimento dos nossos gestores municipais que, sem dúvida nenhuma, também possuem em suas cidades a grande dificuldade de fazer mais com menos, e é lá, nas pequenas cidades, que as pessoas precisam mais ainda da nossa atenção.

Quando o Deputado Sargento Lima, só um adendo, aqui, para a Secretária, colocou que esse é um Governo de muitas *lives*, a senhora me perdoe, eu compreendo o novo olhar de gestão que o Governo Moisés possui, é um Governo sem papel, querendo economizar aqui, querendo economizar ali, porém a realidade das pessoas, principalmente nas pequenas cidades, os desafios dos gestores municipais, os Líderes, empresários, os trabalhadores precisam

avançar, e quando buscam o apoio, tanto do Governo do Estado, ou do Governo Federal, para que estes desafios sejam vencidos, o melhor caminho, Secretária, não é apenas olhar para os números da economia, os números do papel, o melhor caminho é ir lá, na cidade, conhecer a realidade, conversar com essas pessoas, isso não é custo, isso é investimento. E quem está aqui falando para a senhora com muita humildade, é um ex-gestor municipal, onde eu também tive a oportunidade, junto com os nossos trabalhadores públicos, de me tornar um Prefeito amigo da criança. Então, foi uma área em que investi muito, na assistência social, porque eu vivi a vida real da assistência social, e não era apenas por *live*. Era conversando com as pessoas, era sentindo, era olhando, era abraçando.

Essa é a minha crítica, sempre construtiva, é claro, que eu faço ao Governo Moisés. Independentemente, muito obrigado à senhora por ter se colocado à disposição, e ficam dois pedidos extremamente importantes para os nossos Secretários de Assistência Social da região da AMMVI.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao Deputado Laércio, gostaria de consultar se temos a presença do Deputado Bruno Souza, pelo Novo, pois não vi a sua manifestação.

Pelo Republicanos, o sr. Deputado Sérgio Motta também não se manifestará, então, o último manifestante é o Deputado Jair Miotto, pelo PSC.

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Deputada, pude acompanhar um pouco, pois estava na reunião da Comissão do Mercosul e agora estamos indo para a reunião da Liderança, mas gostaria de parabenizar pela iniciativa e cumprimentar a Secretária pela presença.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradece ao Deputado Jair Miotto, e concede a palavra à Secretária por até cinco minutos.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Em

relação ao que a Deputada Paulinha falou, e agora o Deputado Laércio, eu vou confessar algo que conversei com os Prefeitos na ponta. Eu não sei o que realmente traz para os Prefeitos a coragem dessas pessoas, de estarem à frente do Executivo Municipal. Tem que ter um desprendimento de alma e uma coragem que poucos têm, porque hoje, o que a gente vê? Todos nós temos boas ideias, Brasília inventa um monte de programa, o estado inventa outros, a legislação diz que tem que ser assim, tem que ser assado, só que tudo deve ser cumprido na ponta. Então, realmente, se tem um local que é de extrema solidão, é justamente essa posição de ser Prefeito de um município. Porque não é, de fato, nas nossas portas, que o cidadão vem bater. O cidadão bate na porta do Prefeito, e esta conversa franca, porque a gente reconhece que não é só na política de assistência, direitos sociais, habitação, que falta recursos, faltam recursos em todas as nossas políticas públicas. Isso é histórico, infelizmente, e a gente percebe uma coisa importante, o diálogo, sem dúvida, é o que constrói. Nessa Secretaria, nós temos 10 Conselhos de Direito, dois são setoriais, o que significa que há interlocução entre o Governo e a sociedade civil, esse controle social nós estamos *pari passu*, sempre, o tempo todo, aqui, administrando, porque as demandas chegam pelos Conselhos, a gente reage de acordo com as necessidades, e digo mais, as parcelas que o Deputado nos solicitou, a primeira já foi adiantada, e a segunda já será adiantada também. Nós ainda não discutimos a última parcela, mas o auxílio está chegando, fora o que vai vir agora, neste auxílio que vem de Brasília, da Lei n. 173.

Então, na medida do possível, e infelizmente por uma pandemia, os recursos, de alguma forma, estão chegando. E para minha preocupação, e que deveria ser a de todos nós, a nossa política verdadeiramente vai ser impactada daqui para frente. Foi impactada agora, sem dúvida, pelas emergências, bem ou mal, por ajuda das pessoas, pela ajuda de instituições, todos ajudando para tentar passar esse turbilhão. É só um momento de

turbilhão. O nosso problema real, verdadeiro, para as nossas políticas públicas de assistência e de direitos humanos, virá agora, com a quantidade de pessoas que não vão conseguir refazer a sua vida. Não vai conseguir mais refazer a sua renda, são essas pessoas, sim, que vão entrar no serviço da assistência e nós vamos precisar fazer um trabalho para este futuro próximo, dois meses, três meses, daqui para frente, até o ano que vem, quiçá até dois anos. Isso é que nós temos que refletir conjuntamente, com todas as instituições, não só o Governo do Estado, o Governo Municipal, a Alesc, todo o sistema de Justiça. Se nós todos não tivermos essa consciência para este futuro, aí, sim, verdadeiramente, nós vamos entrar num colapso na nossa política pública de assistência social.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Secretária, eu gostaria de fazer um registro final em função da manifestação de todos os Deputados, fazendo duas solicitações, inicialmente, para que seja enviada, toda essa apresentação, para a Assembleia, porque vários Deputados já estão solicitando no privado, então, que seja enviado para nós e providenciaremos o envio aos 40 Parlamentares.

Também, para que todas as questões que não foram respondidas, gostaria que fossem respondidos, então, todos os questionamentos dos Colegas. Quero também destacar, Secretária, que eu entendo que para haver um Plano de Contingenciamento, ele precisa ser construído. No meu entendimento, a síntese que eu faço, é que não tem Plano de Contingenciamento, hoje, no Estado de Santa Catarina, do ponto de vista do SUAS, porque plano não é uma elaboração de um documento que fica na mesa da Secretária. Um plano precisa ser apresentado ao Conselho Estadual da Assistência Social, ele precisa passar pelo controle social, ele precisa ser construído com os parceiros.

Então, gostaria de fazer este registro de que este Plano de Contingenciamento seja construído rapidamente, já é para ontem, com as entidades e com toda a estrutura do SUAS em Santa Catarina. Também quero destacar que o Congresso Nacional

está fazendo um grande trabalho e nós, aqui, enalteçemos. Enquanto muitos falam que os políticos não estão preocupados com a vida do povo, é graças ao Congresso Nacional que hoje nós tivemos várias leis aprovadas, a exemplo do auxílio emergencial, que pelo Governo Federal era R\$ 200,00, mas ficou em R\$ 600,00. Então, parabéns aos Deputados e Senadores que estão provando que é possível auxiliar os Estados e municípios.

Gostaria muito que este recurso, que vem para os municípios e Estados, fosse o mesmo que os bancos receberam, não é bilhões, é R\$ 1,3 trilhões. Então, eu quero dizer, porque não podemos aceitar que para as políticas do SUAS, da Saúde e da Educação a gente se conforme com recursos que são destinados e que não atendem a demanda dos nossos municípios e dos nossos Estados.

Então, reforçando, muito obrigada aos Senadores, muito obrigada aos Deputados Federais, que quando o Governo Federal inclusive vetou o auxílio emergencial para pescadores, agricultores, a área cultural, está lá o Congresso Nacional defendendo, nesta pandemia, em especial, quem mais precisa. E quero, por último, Secretária, dizer, que nós fizemos um trabalho, em Santa Catarina, eu coordeno a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, e nós construímos algo inédito, que é justamente a criação do Comitê SUAS-Covid/SC, 2019, e este comitê tem uma grande participação. Quando a gente cobra, aqui, maior adesão da sociedade, é porque é possível, sim, que nós dialoguemos com todos, de forma respeitosa. Então, ressaltar a inclusão, a participação neste comitê do FEUS - SUAS, usuários e usuárias; do FET - SUAS, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS; do Conselho Estadual que conta com a representação da sociedade civil não governamental por meio do FEPAS; Ministério Público; Associação dos Assistentes Sociais; a UFSC, departamento de Serviço Social da UFSC tem nos ajudado muito na elaboração da proposição, na reflexão dos problemas que estamos enfrentando. A Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, vários Parlamentares, aqui, de diferentes partidos

integram esta frente Parlamentar; o Conselho de Psicologia; o Conselho de Serviço Social; a Defensoria Pública; o Coegemas, que é o Conselho dos Secretários, dos gestores da Assistência Social; e neste sentido, também, eu quero agradecer à Frente Parlamentar que está conosco; a FECAM; as Associações de Municípios; também a Frente Estadual em Defesa do SUAS e da Seguridade Social; o Fórum Estadual dos Usuários do SUAS; enfim, todos os que eu já citei aqui.

Quero dizer que a gente cobra muito isso, Secretária, porque nós entendemos que o problema que estamos enfrentando é muito grande, e tende a ficar pior, é verdade, mas só vamos conseguir enfrentar se o Governo sair das quatro paredes, sair teoricamente, porque sabemos que estamos num momento de muitas atividades virtuais, mas o diálogo é possível ser feito, nós precisamos, a exemplo do trabalho que o Padre Vilson Groh faz em Florianópolis, nós temos centenas de milhares de pessoas em Santa Catarina fazendo trabalhos assim.

E eu gostaria que todos tivessem assento neste debate sobre contingenciamento, política do SUAS, porque quando chega para o Deputado, chega a seguinte fala, que a política do SUAS, lá no município, não está acontecendo. A gente sabe que está acontecendo, mas a gente precisa dizer como é que socorre, nas diferentes políticas, o povo que mais precisa neste momento.

Então, eu quero, Secretária, agradecer a sua presença, a Assembleia está sempre à disposição, a nossa Frente Parlamentar também está aberta para o diálogo, nós queremos que, além de constatações, efetivamente as respostas venham, e venham com muita objetividade.

Concedo a palavra à Secretária para a sua saudação final e se despedir de todos os colegas, porque nós já atingimos o tempo máximo.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de mostrar o trabalho. É um trabalho, eu posso dizer, que foi feito por técnicos desta Secretaria, que são servidores de carreira,

pessoas muito bem formadas, sabem exatamente o que estão fazendo, porque foram formadas para esta finalidade.

Também dizer que, como a vista para um ponto é sempre uma vista singular, do meu ponto de vista nós, sim, sempre estivemos perto dos municípios, sempre compusemos com o Coegemas, temos um diálogo bastante franco com o Coegemas e com outras instituições. Nós temos uma interlocução extraordinária com o sistema de Justiça, Tribunal de Justiça, Ministério Público, OAB, DPU, DPE, nós estamos sempre dialogando, porque as nossas políticas são interinstitucionais e multidisciplinares. E sobre a questão do comitê, quando vocês começaram a gestar o comitê, eu soube que a Presidente do CEAS não seria incluída, o que nós estranhamos muito. Então, eu fico muito feliz de saber que agora, não apenas da diretoria da SDS vai ser incluída, como também a presidência do CEAS, que por acaso é a mesma pessoa, que é uma servidora de carreira, muito bem formada, e vai ter muito a contribuir.

Ponto de vista, uma vista para um ponto, nós temos, sim, um Plano de Contingência e ele vai passar pelo CEAS na próxima plenária, por que eu digo isso? Porque, no princípio, o Plano de Contingência para o Estado inteiro era o da Saúde, sim, e nós fomos construindo, no decorrer do tempo, o Plano de Contingência específico do Serviço de Assistência. E hoje ele vai passar pelo crivo do CEAS porque nós acreditamos, sim, que a maior interlocução que pode haver entre o Estado e o município, sim, é o Conselho. E eu agradeço demais porque vocês, hoje, mostram o quanto estão do nosso lado também.

Sempre estiveram ao lado da política pública, que é exatamente este o objetivo comum, mas percebo que estão, sim, ao lado da SDS, agradeço pela lei do FEAS, que passou o ano passado pela Alesc, e solicito o apoio de vocês para que a Lei do SUAS, assim que acabar de passar pelo CEAS, que já passou pelo CEAS, foi para COJUR, foi para a Diretoria de Assistência, volta para o CEAS e vai para a Assembleia. E aí gostaria, sim, de um

trabalho conjunto entre todos nós para que possamos passar a Lei do SUAS. Muito obrigada, de verdade!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Muito obrigada, Secretária. Não tenha dúvida que a Assembleia fará sempre o seu papel, e nunca votou contra os recursos, as iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Social, basta que a SDS envie, que nós daremos o devido debate com os colegas Deputados, e aprovaremos o mais breve possível, volto a dizer, é importante construir esta rede de diálogo com todas as estruturas, instituições do SUAS para que este Plano de Contingenciamento, de fato, seja do Estado e para o Estado de Santa Catarina.

Eu agradeço todos os colegas Deputados e Deputadas que estiveram conosco, obrigada pela participação, pela paciência, também pela sabedoria na defesa dos interesses da população catarinense; obrigada, Secretária, agradeço também a toda sua equipe e leve, com certeza, a defesa do SUAS é a nossa defesa. E com relação a isso, a senhora pode, inclusive, dizer ao Governador que se depender dos Deputados e Deputadas nós queremos, Altair, a nossa emenda para que venham mais recursos para a assistência social.

Não é a emenda de um Deputado ou de uma Deputada, são recursos orçamentários que beneficiam todos os municípios catarinenses. Então, todos nós, 40 Parlamentares, estamos envolvidos, imbuídos, para que possamos elevar o recurso da assistência e quem sabe, logo, logo, termos 1% da receita para a Assistência Social em Santa Catarina. Muito obrigada, Secretária, e desta forma eu quero, então, agradecer mais uma vez aos partidos que estiveram conosco, a Presidência agradece.

Então, em nome da Presidência, agradeço a presença da Secretária Maria Elisa da Silveira De Caro, que atendendo a convocação desta Assembleia Legislativa prestou os esclarecimentos solicitados.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para a presente data, às 15h.

Está encerrada a sessão.

[Transcrição e Revisão: Taquígrafa Sara]